

# MENSURAÇÃO DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DA CAJUCULTURA NORDESTINA ATRAVÉS DA DVA

**Ducineli Régis Botelho**  
**Fátima de Souza Freire**  
**Vicente Lima Crisóstomo**  
**Florisval Mareco Nunes**

## **Resumo:**

*A DVA tem a finalidade de proporcionar uma identificação dos valores gerados exclusivamente pela empresa, demonstrando a riqueza recebida por transferência, e apresentando um mapeamento de como esta é distribuída aos seus principais beneficiários como: empregados (em forma de salários), governo (em forma de tributos), financiadores externos (em forma de pagamento de dívidas), acionistas (em forma de distribuição de lucros) e empresa (em forma de retenção de lucros). Com os dados das DVA consolidadas, é possível que seja efetuada uma análise dos ganhos e perdas de setores econômicos específicos como, por exemplo, o setor agrícola. No entanto, observa-se que no Brasil as empresas do setor agroindustrial não as preparam, prejudicando uma verificação global dos custos, despesas e receitas ocorridas na cadeia produtiva. O presente trabalho tem por objetivo principal realizar uma estimativa da geração e distribuição de riqueza do setor de cajucultura nordestina, através do levantamento de dados extraídos do IBGE, quanto à produção variável do país nos últimos anos, juros de financiamento para a agricultura, média empregada, impostos atribuídos e lucro médio alcançado no setor. Com estas informações foi possível projetar a DVA do setor da cajucultura nordestina, onde se conclui que embora o setor tenha gerado riqueza para os assalariados, no período de 1994 a 1999, ocorreram prejuízos para os agricultores nos anos de poucas chuvas.*

## **Palavras-chave:**

**Área temática:** *A Mensuração e Gestão de Custos no Setor Primário*

**MENSURAÇÃO DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO  
DE RIQUEZA DA CAJUCULTURA NORDESTINA ATRAVÉS DA DVA**

**Ducineli Régis Botelho**

Bacharel em Ciências Contábeis, UFC

**Fátima de Souza Freire**

Profª Drª Departamento de Contabilidade, UFC

**Vicente Lima Crisóstomo**

Prof. Departamento de Contabilidade, UFC

**Florisval Mareco Nunes**

Bolsista de IC/CNPq curso de Ciências Contábeis, UFC

**Universidade de Brasília**

Faculdade de Estudos Sociais Aplicados

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Prédio da FA – Salas B1-02 - Fone/fax: (61) 307-2437

E-mail: [botelho@secrel.com.br](mailto:botelho@secrel.com.br) e [drbotelho@ig.com.br](mailto:drbotelho@ig.com.br)

Mestranda em Ciências Contábeis, UnB

**A Mensuração e Gestão de Custos no Setor Primário**

## **MENSURAÇÃO DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DA CAJUCULTURA NORDESTINA ATRAVÉS DA DVA**

### **A Mensuração e Gestão de Custos no Setor Primário**

#### **RESUMO**

A DVA tem a finalidade de proporcionar uma identificação dos valores gerados exclusivamente pela empresa, demonstrando a riqueza recebida por transferência, e apresentando um mapeamento de como esta é distribuída aos seus principais beneficiários como: empregados (em forma de salários), governo (em forma de tributos), financiadores externos (em forma de pagamento de dívidas), acionistas (em forma de distribuição de lucros) e empresa (em forma de retenção de lucros). Com os dados das DVA consolidadas, é possível que seja efetuada uma análise dos ganhos e perdas de setores econômicos específicos como, por exemplo, o setor agrícola. No entanto, observa-se que no Brasil as empresas do setor agroindustrial não as preparam, prejudicando uma verificação global dos custos, despesas e receitas ocorridas na cadeia produtiva. O presente trabalho tem por objetivo principal realizar uma estimativa da geração e distribuição de riqueza do setor de cajucultura nordestina, através do levantamento de dados extraídos do IBGE, quanto à produção variável do país nos últimos anos, juros de financiamento para a agricultura, média empregada, impostos atribuídos e lucro médio alcançado no setor. Com estas informações foi possível projetar a DVA do setor da cajucultura nordestina, onde se conclui que embora o setor tenha gerado riqueza para os assalariados, no período de 1994 a 1999, ocorreram prejuízos para os agricultores nos anos de poucas chuvas.

#### **1. Introdução**

O setor frutífero é um dos ramos que mais se desenvolve na produção agrícola e irrigada do Nordeste Brasileiro, pois esta região é privilegiada em função dos aspectos naturais, boa localização geográfica, clima favorável para o cultivo de grande variedade de frutas, demonstrando ser uma grande promessa para o desenvolvimento da riqueza do país. Logo, este setor vem sendo considerado como pauta estratégica para o desenvolvimento da região, pois possibilita a geração e distribuição de riquezas para os agentes econômicos. Embora, o seguimento esteja gerando riqueza para a região, não se encontram instrumentos que informem de forma consolidada de como os valores gerados pelo setor vêm sendo distribuídos aos agentes econômicos.

Observa-se, no entanto, que desde 1997 a Demonstração do Valor Adicionado – DVA vem sendo utilizado pelas empresas brasileiras. A DVA é um importante instrumento de gestão e permite mensurar os ganhos e perdas dos setores econômicos, pois tem como principal objetivo apresentar a riqueza gerada pela entidade e a forma de como essa riqueza está distribuída para os

empregados (salários), governo (tributos), terceiros (juros), acionistas (dividendos) e empresa (lucros ou prejuízos).

Constata-se que a cajucultura é um segmento do setor frutífero que mais tem se destacado nos últimos anos e vem gerando riqueza para a região. Segundo o IBGE o cultivo da castanha de caju no nordeste brasileiro, em lavouras permanentes, obteve uma renda de aproximadamente R\$ 56 milhões em 1994, enquanto, em 1999, foi de R\$118 milhões. Esse desempenho ocorreu, principalmente, devido aos incentivos fiscais, proporcionados pelo governo e pesquisas científicas para o melhor aproveitamento do caju.

O presente trabalho tem por objetivo principal a análise da geração e distribuição da riqueza gerada pela cajucultura nordestina, através do levantamento de dados extraídos do IBGE, quanto à produção variável do país nos últimos anos, juros de financiamento para a agricultura, média empregada, impostos atribuídos e lucro médio alcançado no setor. A partir dos dados obtidos foram levantadas as DVA de 1994 a 1999, possibilitando analisar os ganhos e perdas do setor.

O artigo está dividido da seguinte maneira, com a finalidade de atingir ao objetivo proposto. A primeira parte aborda a finalidade e aplicação da Demonstração do Valor Adicionado que vem sendo implementado pelas empresas brasileiras. A segunda parte estima e analisa pela DVA a riqueza gerada pela cajucultura cearense e destaca sua comercialização. Finalmente, a última parte consiste nas conclusões encontradas com o estudo.

## **2. Aspectos Concernentes da Aplicação da Demonstração do Valor Adicionado**

Enquanto, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) está voltada para a apresentação do resultado (lucro ou prejuízo) da empresa pelo confronto entre suas receitas e gastos, a DVA possibilita mensurar a riqueza gerada pela mesma e analisar sua distribuição para os principais agentes econômicos.

No Brasil, diversas empresas estão elaborando e publicando a DVA juntamente com as demais Demonstrações Contábeis. Com a aplicação da DVA nas empresas vários estudiosos verificam como a riqueza das mesmas está sendo distribuída. No entanto, como a técnica de elaboração dessa demonstração não tem, ainda, o domínio de grande parte dos profissionais que seriam os responsáveis por sua apresentação, constata-se que poucas empresas apresentaram e publicaram a DVA nos últimos anos (ver, por exemplo, resultado de pesquisa da Revista Exame – Maiores e Melhores de 1997, 1998 e 1999. Só no ano de 1999 apenas 936 empresas participaram da pesquisa).

Conforme Santos, Freire e Malo (1998) a DVA de uma empresa “identifica a riqueza gerada exclusivamente por ela mesma, demonstra também a riqueza recebida por transferência e em seguida apresenta a forma como tais riquezas são distribuídas. A forma de distribuição da riqueza gerada pela empresa identificará seus principais beneficiários, que são os seguintes: empregados, detalhando-se os valores pagos a título de salários e encargos;

governos, com os valores do impostos recolhidos; financiadores externos, identificando-se os juros e aluguéis e os proprietários, destacando-se a parcela de dividendos distribuídos ou lucros retidos”. A seguir, será apresentado o modelo da DVA que vem sendo implementado no Brasil.

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>EMPRESA:</b>	Em milhares de reais	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Ano 1</b>	<b>Ano 2</b>
<b>1 – RECEITAS</b>		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Prov. p/ dev. duvidosos – Reversão (Constituição)		
1.3) Não operacionais		
<b>2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS e IPI)</b>		
2.1) Matérias-primas consumidas		
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3) Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros		
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos		
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		
<b>4 – RETENÇÕES</b>		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
8.1) Pessoal e encargos		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Juros e aluguéis		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício		

Fonte: Santos, Freire e Malo (1998).

A DVA pode ser uma importante componente contábil do balanço social, como foi oportunamente frisado por Ariovaldo dos Santos, Fátima S. Freire, e François Bernard Malo no ENANPAD de 1998, mas apresenta informações que estão muito aquém daquelas que seriam necessárias para seu reconhecimento como balanço social. De fato, a DVA tem como principal objetivo a apresentação do valor da riqueza gerada pela entidade e a forma de redistribuí-la. Este enfoque é consequência do fato de que uma empresa tem capacidade de gerar riqueza que normalmente é muito superior ao lucro pertencente aos sócios e acionistas. A demonstração de resultados não consegue apresentar esta riqueza gerada, pois está muito voltada para apuração e divulgação do lucro, e este pertence apenas aos proprietários da empresa. Com a consolidação da DVA, realizada pelas empresas, é possível encontrar uma nova forma de calcular o PIB brasileiro e analisar segmentos econômicos que geram riquezas para a nação.

Dessa forma, a DVA é um demonstrativo que possibilita mensurar os ganhos e perdas da empresa e com a consolidação das informações fornecidas pelas mesmas pode-se avaliar o desempenho financeiro de setores econômicos.

### **3. A Riqueza Gerada pela Cajucultura**

Vários são os fatores que contribuem para a pequena inserção brasileira no mercado mundial de frutas. No que tange a barreiras não-tarifárias, deve-se salientar [COMÉRCIO EXTERIOR, 1998]:

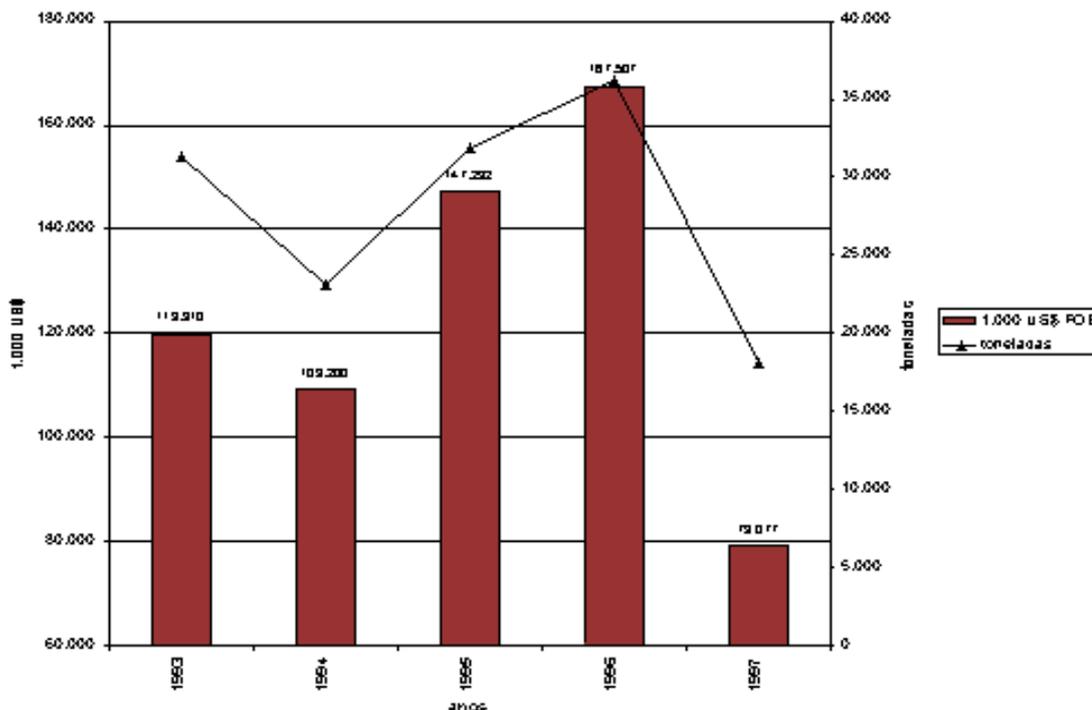
- As restrições de caráter sanitário e fitossanitário;
- As quotas;
- Os direitos antiduping e compensatórios;
- Os acordos de preço mínimo e de restrição voluntária decorrentes da ameaça de imposição de direitos antiduping e compensatórios e;
- As medidas de salvaguarda.

Entre as dificuldades estruturais mais importantes, podem ser mencionadas [GONÇALVES E SOUZA, 1998]:

- A organização logística deficiente;
- Mecanismos precários de regulação do mercado interno;
- Efeitos das políticas de juros e câmbio sobre os preços;
- Abertura indiscriminada do mercado de frutas brasileiro sem instrumentos protetores contra a concorrência desleal;
- Sistema tributário arcaico;
- Falta de definição de uma política nacional para a fruticultura de mesa.

Além desses fatores, devemos também levar em consideração que o mercado mundial de produtos da agroindústria do caju apresenta uma concentração em torno da amêndoa da castanha de caju (ACC), comparativamente aos demais produtos/subprodutos. O líquido da castanha de caju (LCC), por exemplo, aparece nas estatísticas de exportação, porém, com percentuais poucos expressivos. No ano de 1992, o Brasil obteve com as

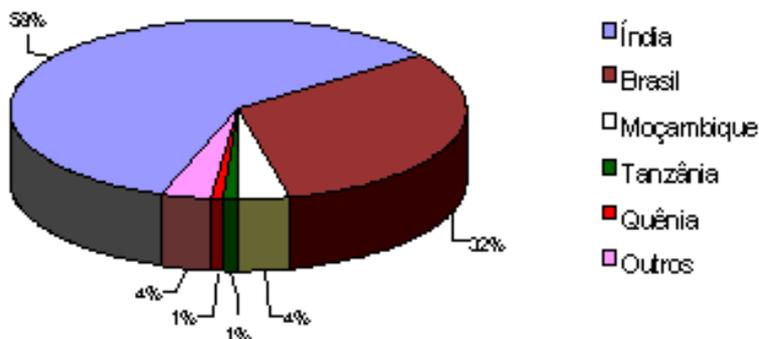
exportações da ACC 146,4 milhões de dólares, enquanto que o LCC, o valor foi apenas de 5,3 milhões, representando 3,5% do total de divisas (Leite, 1994).



**Gráfico 1.** Evolução do volume exportado (em toneladas) e da receita cambial (em 1.000 US\$ FOB) gerada pela amêndoa da castanha de caju, 1993-97. Valores de 1997 são referentes até o mês de junho.

Fonte: FNP, 1998.

A demanda por amêndoas de castanha de caju ocorre em dois segmentos distintos. A ACC é basicamente um produto de exportação, valor estimado em 90% do total produzido. Os demais produtos/subprodutos, geralmente, destinam-se ao mercado interno. Há uma evolução significativa na exportação nos últimos anos, como se verifica no Gráfico 1.

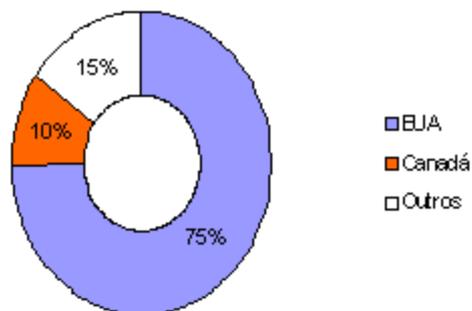


**Gráfico 2.** Participação percentual do Brasil no mercado mundial de amêndoa de castanha de caju (média de 1988 a 1994).

Fonte: FNP, 1998.

O Brasil destaca-se como o segundo maior exportador de amêndoas de castanha de caju, de acordo com o Gráfico 2. Com base nessas vantagens de poder de exportação, o país deve investir ainda mais para obtenção de melhores resultados.

No mercado internacional, a exportação de amêndoas de castanha de caju é bastante sensível às variações de preço, haja vista que uma elevação de 10% no preço causa uma redução de 40% na quantidade exportada (FNP, 1998). Isto se deve, em parte, a concorrência com os outros países produtores e a alta concentração do mercado consumidor. De maneira que se torna explícito a extrema necessidade de se adotar uma política bem definida para a obtenção de preço do caju atuante e compatível com o mercado global.



**Gráfico 3.** Participação dos países importadores de amêndoas de castanha de caju do Brasil (%). 1993-96.

Fonte: FNP (1998).

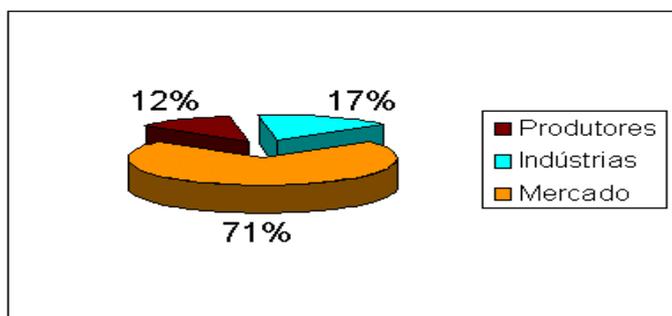
### 3.1. Comercialização

A comercialização, tanto da castanha, como da amêndoa é feita quase que totalmente via corretores, ou seja, intermediários. A estrutura existente é formada por uma rede inflexível, pela qual obriga-se a passar o produto a ser comercializado, pois, os intermediários possuem contatos e facilidades dentro das indústrias e no mercado externo. Isto em parte facilita o escoamento da produção, porém, tem acarretado perdas consideráveis ao setor produtivo, a exemplo da maioria das outras culturas.

Os preços pagos nos principais mercados aos produtores não são muito animadores e estão na maior parte do período analisado abaixo do preço mínimo estabelecido pelo governo. Esta variação é em função da distância para o parque processador e o porte do produtor. Os menores em geral vendem seus produtos a um menor preço e os maiores obtêm valores mais expressivos, dependendo da oferta do produto.

Outro fator que influencia significativamente na formação dos preços pagos aos produtores é a distribuição dos ganhos na cadeia produtiva da castanha de caju, verificado no Gráfico 04. A inserção do país no mercado externo é feita com um produto de baixo valor agregado, ou seja, a amêndoa semiprocessada, permitindo que as maiores parte do valor adicionado sejam

apropriadas nos países importadores, especialmente os Estados Unidos. Os valores anuais pagos aos produtores são bem inferiores aos obtidos pela indústria de beneficiamento, enquanto que os pagos ao mercado (importadores, torrefadores e distribuidores) perfazem cerca de 71%.



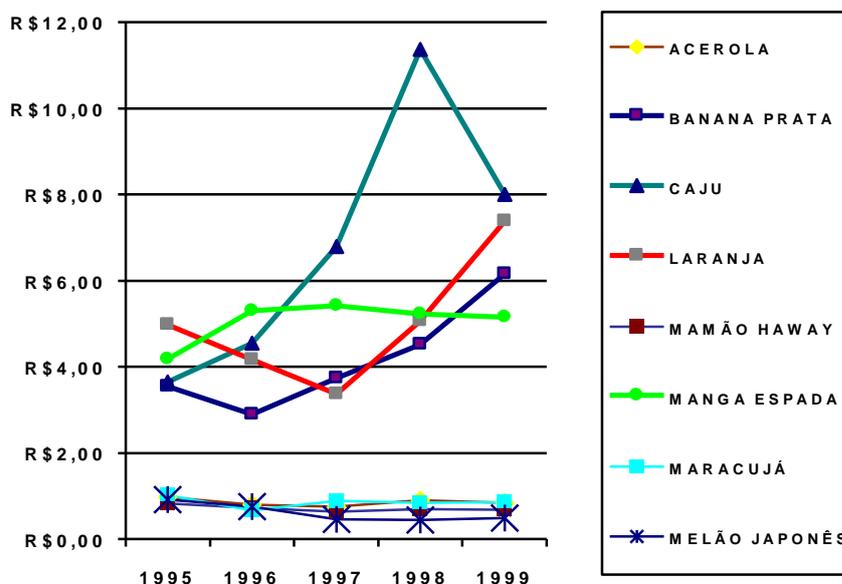
**Gráfico 04.** Distribuição dos ganhos anuais na cadeia produtiva da castanha de caju exportada pelo Brasil, média de 1991/92.

Fonte: Leite (1994).

No mercado interno a ACC é comercializada em dois diferentes segmentos. A castanha inteira é destinada aos consumidores de poder aquisitivo mais elevado e as quebradas, partidas e danificadas são destinadas a consumidores de menor poder aquisitivo.

Quanto ao preço da amêndoa da castanha de caju no mercado interno, verifica-se uma certa variação cíclica ao longo do ano. Nos meses de fevereiro a julho há uma redução no preço, para em seguida, de agosto a janeiro, ocorrer uma elevação do mesmo. Essas oscilações no preço da castanha de caju estão associadas ao período de entressafra da cultura, haja vista que a colheita do caju ocorre no período de agosto a dezembro. Assim, a castanha beneficiada (amêndoa) somente estará no mercado no primeiro semestre do ano seguinte. Deve-se salientar que, esses valores são médios, pois há bastantes variações em função da qualidade das amêndoas.

De acordo com o Gráfico 05, observa-se que a variação dos preços das principais frutas cultivadas no estado do Ceará foi em decorrência de aspectos econômicos, ambientais etc. como, por exemplo, o caju, que nos anos mais secos teve seus preços mais elevados e pelo corte de incentivos agrícolas teve sua produção diminuída. Um outro exemplo, são os das frutas mais resistentes que em caso de secas sofrem variações, porém em escalas menores como é caso do mamão, acerola e maracujá. No entanto, o caju continua sendo o fruto com maior variação de preço.



**Gráfico 05** - Variação de Preços das Principais Frutas cultivadas no Estado do Ceará

FONTE : Ceasa/CE.

### 3.2. Análise da Demonstração do Valor Adicionado na Cajucultura Nordestina

Para obtenção da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, obteve-se junto ao IBGE dados relativos ao valor total da produção da castanha de caju em lavouras permanentes, no período de 1994-1999. Assim como, os juros de financiamento da agricultura (capital de terceiros) são de aproximadamente 7% a.a. do valor da renda gerada. Verificou-se, também, o valor do salário mínimo vigente da época em estudo, dados da EMBRAPA (Pimentel, Pessoa e Leite, 1998), observando o número de pessoal empregado direto no campo, pelo segmento agrícola para produção de caju, tomando como base o ano comercial de 300 dias e a média de 17 homens/dia/hectare/ano para as operações de manutenção e colheita.

De acordo com a Tabela 1, observa-se que a castanha de caju, em lavouras permanentes no nordeste brasileiro, obteve lucro no ano de 1999 de aproximadamente 46% do valor da produção, devido aos incentivos fiscais por parte do governo, bem como, pesquisas científicas que melhor estruturou o desempenho da castanha de caju.

**Tabela 1.** Demonstração de Resultados do Exercício do Setor de Castanha de Caju em Lavouras Permanentes do NE (em mil reais).

D.R. / Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Vendas*</b>	56.789	66.144	63.004	47.864	25.340	118.558
<b>(-) Salários**</b>	30.783	42.815	40.165	46.372	53.417	55.702
<b>(-) Juros***</b>	3.975	4.630	4.410	3.350	1.773	8.299
<b>= Lucro</b>	<b>22.031</b>	<b>18.699</b>	<b>18.429</b>	<b>(1.858)</b>	<b>(29.850)</b>	<b>54.557</b>

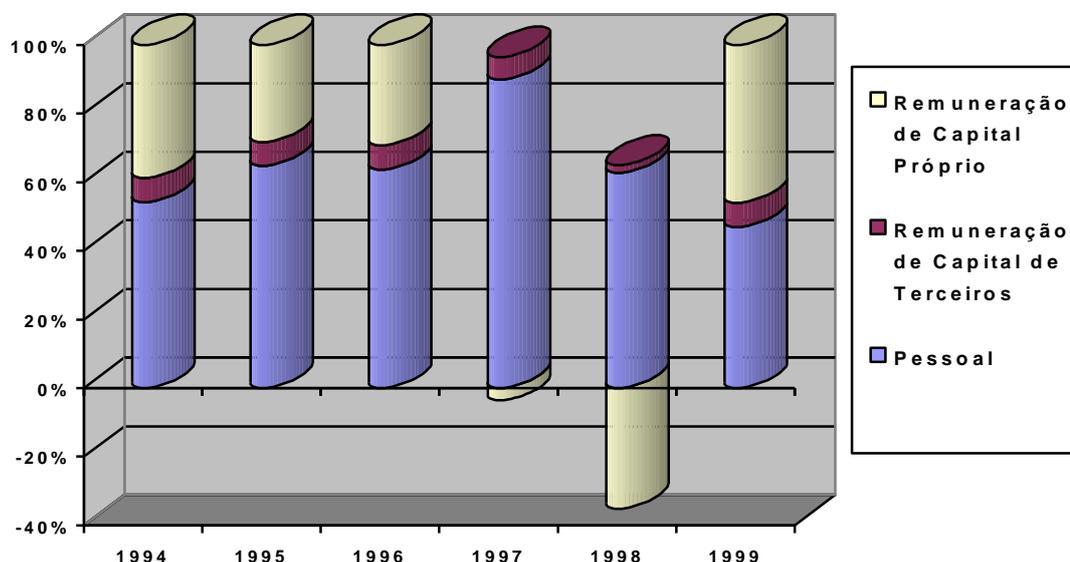
Fonte: \*Dados do IBGE; \*\* Projeções com base em estudo do EMBRAPA (1998); \*\*\* Média anual de juros de financiamento para o mercado agrícola de 7% aa.

Com os dados obtidos pelo IBGE, percebe-se que a castanha de caju é uma das frutas que mais gera riqueza para região, conforme a Tabela 2. Entretanto, a distribuição de riqueza gerada pelo setor absorve, principalmente, os gastos com pessoal, na escala de mais de 50% do valor da produção e em anos de seca esse valor ultrapassa as vendas. Os juros de financiamento para agricultura, ou seja, capital de terceiros gira em torno de 7% a.a. da renda gerada do setor e, finalmente, o capital próprio obtido está quase sempre em valores percentuais muito aquém do que deveria gerar, em relação aos gastos com pessoal, como se observa no Gráfico 5.

**Tabela 2.** Demonstração do Valor Adicionado e Distribuição da Riqueza Gerada da Castanha de Caju em Lavouras Permanentes, em Mil Reais

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA						
VA / Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>VA Gerado</b>	56.789	66.144	63.004	47.864	25.340	118.558
Distribuição do VA						
<b>Pessoal</b>	30.783	42.815	40.165	46.372	53.417	55.702
<b>R.Cap. Terc.</b>	3.975	4.630	4.410	3.350	1.773	8.299
<b>R.Cap.Próp.</b>	22.031	18.699	18.429	(1.858)	(29.850)	54.557
<b>Total</b>	56.789	66.144	63.004	47.864	25.340	118.558

Fonte: Dados trabalhados pelos autores.



**Gráfico 06.** Distribuição do Valor Adicionado da Riqueza Gerada da Castanha de Caju

Fonte: Dados trabalhados pelos autores.

## 5. Conclusões

Observa-se que a DVA é um importante instrumento para a verificação da distribuição da riqueza gerada pelos setores econômicos, como é o caso da cajucultura nordestina.

Conclui-se que, a partir dos dados levantados nos últimos anos, a cajucultura gerou renda para a região, mas apresentou prejuízo para o segmento em anos de poucas chuvas. Em 1997, o valor da riqueza foi de R\$ 47.864.000,00 e sua distribuição foi R\$ 46.372.480,00 para gasto com mão-de-obra no campo, R\$ 3.350.480,00 para remuneração do capital de terceiros (juros de financiamentos para o setor), gerando um prejuízo de R\$ 1.858.960,00. No entanto, pode observar que no ano de 1999, o setor gerou tanto riqueza para os empregados como para os agricultores, devido a vários fatores, dentre eles investimento do governo através linhas de financiamento, fatores climáticos, renovação das copas de cajueiro comum para cajueiro anão precoce.

Para a realização do trabalho foram consultados dados apresentados pelo: (i) IBGE referente ao valor da produção e área colhida em hectare; (ii) EMBRAPA referente a média de empregados por dia/hectares/ano; (iii) DIEESE referente ao salário mínimo vigente na época analisada. Conseqüentemente, as informações apresentadas no presente trabalho deverão ser observadas com certo zelo, pois a Demonstração do Valor Adicionado não foi efetivamente realizada pelo agricultor nordestino, o que poderia permitir uma visualização mais detalhada da distribuição da riqueza gerada pelo setor. Vale salientar também que não foram abordados tributos que porventura foram gerados pelo segmento como, por exemplo, ITR (imposto territorial e rural), COFINS e PIS.

Finalmente, observou-se que a DVA possibilita realizar estudos da distribuição da riqueza gerada em outros setores econômicos, bem como essa riqueza vem sendo distribuída de forma social para a comunidade em geral.

## 6. Bibliografia

- DE LUCA**, Márcia Martins Mendes. *Demonstração do valor adicionado, do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas, 1998.
- DE LUCA**, M. M. M. *Demonstração do valor adicionado*, Dissertação de Mestrado em Contabilidade da FEA-USP, 1991.
- FREIRE**, F. de S.; **CRISÓSTOMO**, V. L.; **BOTELHO**, D. R. e **NUNES**, F. M. *A formação do preço de venda e a necessidade do controle de custo no setor agrícola*. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, Goiânia, outubro de 2000.
- MARTINS**, E. *Uma demonstração contábil: a do valor adicionado*. Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB Nº 14, 1993.
- MEDEIROS**, J. A. *Agribusiness contabilidade e controladoria*, RS: Editora Agropecuária Ltda, 1999.
- PIMENTEL**, C. R. M. & **PESSOA**, P. F. A. de P. & **LEITE**, L. A. de S. *500 Perguntas e 500 respostas*, EMBRAPA, 1998.

**SIMÃO, S.** *Tratado de fruticultura*, SP: FEALQ, 1998.

**SANTOS A.** et **CARVALHO L. N.** *Balanço social, um indicador de excelência*, Exame, 10 de setembro, 1997.

**SANTOS, A., FREIRE, F. S. e MALO, F. M.** *O balanço social no Brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento às demonstrações contábeis*, 22º Encontro da ANPAD, Foz do Iguaçu, 1998.

**SANTOS, G. J. dos.** *Administração de custos na agropecuária*, SP: Atlas, 1996.

**TINOCO, J. E. P.** *Balanço social – uma abordagem socioeconômica da contabilidade*, Dissertação de Mestrado em Contabilidade da FEA-USP, 1984.